

Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos

Adoptados pela 17.^a Assembleia Geral do ICOMOS, Paris, 2011.

Preâmbulo

A Humanidade **enfrenta hoje** um conjunto de mudanças. Estas mudanças estão relacionadas com os habitats humanos em geral e, em particular, as cidades históricas e os núcleos urbanos. A globalização dos mercados e dos métodos de produção causa mudanças na população entre as regiões e para as cidades, especialmente as grandes cidades. Mudanças na governação política e nas práticas de negócio requerem novas estruturas e novas condições nas cidades e nas áreas urbanas. Novas estruturas e condições são também necessárias para neutralizar a segregação e o desenraizamento social, como parte das tentativas para reforçar a identidade.

Dentro de um contexto de reflexão, hoje-em-dia internacional, sobre a conservação urbana, há uma cada vez maior consciência sobre essas novas exigências. As organizações responsáveis pela conservação e valorização do património precisam de desenvolver as suas competências, ferramentas, atitudes e, em muitos casos, o seu papel no processo de planeamento.

O CIVVIH (ICOMOS - Comité Internacional sobre Cidades Históricas) actualizou, portanto, as abordagens e considerações contidas na Carta de Washington (1987) e na Recomendação de Nairobi (1976), com base no actual conjunto de documentos de referência. O CIVVIH redefiniu os objectivos, atitudes e ferramentas necessárias, tendo em consideração a evolução significativa das definições e metodologias relacionadas com a salvaguarda e gestão de cidades e áreas urbanas históricas.

As alterações reflectem uma maior consciência sobre a questão do património histórico numa escala regional e não somente confinada em áreas urbanas; sobre valores intangíveis, tais como a continuidade e a identidade; sobre o uso tradicional das terras, o papel do espaço público nas interacções da comunidade e de outros factores socioeconómicos, tais como factores de integração e ambientais. Questões em torno do papel da paisagem como um terreno comum, ou a conceptualização da paisagem urbana, incluindo a topografia e a sua silhueta, como um todo, parecem mais importantes do que nunca. Outra modificação importante, particularmente nas

idades em rápido crescimento, tem a ver com os problemas de desenvolvimento em larga escala, alterando a dimensão dos lotes tradicionais que ajudam a definir a morfologia urbana histórica. Neste sentido, é fundamental considerar o património como um recurso essencial, como parte do ecossistema urbano. Este conceito deve ser rigorosamente respeitado, a fim de assegurar um desenvolvimento harmonioso das cidades históricas e seus enquadramentos.

A noção de desenvolvimento sustentável ganhou tal importância que muitas directrizes sobre o planeamento e as intervenções de arquitectura são agora baseadas em políticas destinadas a limitar a expansão urbana e a preservar o património urbano.

O principal objectivo deste documento é propor princípios e estratégias aplicáveis a qualquer intervenção nas cidades e áreas urbanas históricas. Estes princípios e estratégias destinam-se a salvaguardar os valores de cidades históricas e as suas configurações, bem como a sua integração na vida social, cultural e económica dos nossos tempos.

Estas intervenções devem garantir o respeito por valores patrimoniais tangíveis e intangíveis, bem como pela qualidade de vida dos habitantes.

O presente documento para a salvaguarda das cidades e áreas urbanas históricas e seus contextos divide-se em quatro partes:

1. Definições;
2. Aspectos de mudança (Desafios)
3. Critérios de Intervenção
4. Propostas e estratégias

1. Definições:

- a) **Cidades e áreas urbanas históricas:** Cidades e áreas urbanas históricas são compostas por elementos tangíveis e intangíveis. Os elementos tangíveis incluem, para além da estrutura urbana, elementos arquitectónicos, paisagens dentro e na envolvente da cidade, vestígios arqueológicos, panoramas, linhas de horizonte, corredores visuais e locais de referência. Os elementos intangíveis incluem actividades, funções simbólicas e históricas, práticas culturais, tradições, memórias e referências culturais que constituem a substância do seu valor histórico.

As cidades e áreas urbanas históricas são estruturas espaciais que expressam a evolução de uma sociedade e da sua identidade cultural. São uma parte integrante de um contexto mais amplo, natural ou de origem humana, devendo ambos os aspectos ser considerados como indissociáveis.

As cidades históricas e as áreas urbanas são a prova viva do passado que as formou.

As áreas históricas ou tradicionais fazem parte da vida humana quotidiana. A sua protecção e integração na sociedade contemporânea são a base para o planeamento urbano e para o desenvolvimento do território.

b) Configuração

A configuração designa os contextos naturais e/ou de origem humana (nos quais se localiza o património histórico urbano) que influencia a forma estática ou dinâmica como estas áreas são entendidas, experienciadas e/ou desfrutadas ou às quais estão social, económica ou culturalmente ligadas.

c) Salvaguarda

A salvaguarda das cidades e áreas urbanas históricas e das áreas circundantes inclui os procedimentos necessários para a sua protecção, conservação, valorização e gestão, bem como para o seu desenvolvimento coerente e a sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea.

d) Área Urbana Protegida

Uma área urbana protegida é qualquer parte de uma cidade que represente um período ou etapa históricos do desenvolvimento da cidade. Inclui os monumentos e o tecido urbano autêntico, no qual os edifícios expressam os valores culturais pelos quais o lugar está protegido.

A protecção também deve incluir o desenvolvimento histórico da cidade e a manutenção das suas funções características, cívicas, religiosas e sociais.

e) Zona de Protecção

Uma zona de protecção é uma zona bem definida fora da área protegida, cujo papel consiste na defesa dos valores culturais da área protegida contra o impacto das actividades produzidas na envolvente. Este impacto pode ser físico, visual ou social.

f) Plano de Gestão

Um plano de gestão é um documento que especifica, em pormenor, todas as estratégias e ferramentas a utilizar para a protecção do património e, ao mesmo tempo, responde às necessidades da vida contemporânea. Contém documentos legislativos, financeiros, administrativos e de conservação, bem como Planos de Conservação e de Acompanhamento.

g) Espírito do Lugar

O espírito do lugar é definido como o conjunto dos aspectos tangíveis e intangíveis, físicos e espirituais que conferem à zona a sua identidade, significado, emoção e mistério

específicos. O espírito cria o espaço e, ao mesmo tempo, o espaço investe e estrutura este espírito (Declaração de Québec, 2008).

2. Aspectos de Mudança

As cidades históricas e as áreas urbanas, como organismos vivos, estão sujeitas a mudanças contínuas. Estas mudanças afectam todos os elementos constitutivos da cidade (naturais, humanos, tangíveis e intangíveis).

A mudança, quando gerida adequadamente, pode ser uma oportunidade para melhorar a qualidade das cidades e das áreas urbanas históricas, com base nas próprias características históricas.

a) Mudança e Ambiente Natural

A Carta de Washington já incidiu sobre os problemas relacionados com as mudanças no ambiente natural: "as cidades históricas (e seus enquadramentos) devem ser protegidas contra desastres naturais e outras perturbações, tais como a poluição e vibrações, a fim de salvaguardar o património e para assegurar a segurança e bem-estar dos moradores" (Carta de Washington).

Nas cidades e áreas urbanas históricas, a mudança deve ser baseada no respeito pelo equilíbrio natural, evitando a destruição dos recursos naturais, o desperdício de energia e a ruptura do equilíbrio dos ciclos naturais.

A mudança deve ser utilizada para melhorar o contexto ecológico nas cidades e áreas urbanas históricas, para melhorar a qualidade do ar, da e do solo, para acalantar o crescimento e acessibilidade das áreas verdes e para evitar uma pressão indevida sobre os recursos naturais.

As cidades históricas e seus enquadramentos devem ser protegidos contra os efeitos das alterações climáticas e das catástrofes naturais, cada vez mais frequentes.

As alterações climáticas podem ter consequências devastadoras nas cidades históricas e nas áreas urbanas porque, para além da fragilidade do tecido urbano, muitos prédios tornam-se obsoletos, exigindo altos níveis de investimento para enfrentarem os problemas decorrentes daquelas alterações.

O objectivo deve ser o de tirar proveito das estratégias decorrentes da crescente consciencialização global sobre as alterações climáticas e aplicá-las, de forma adequada, para responder aos desafios de salvaguarda das cidades históricas.

b) Mudança e Ambiente Construído

Sobre a arquitectura moderna, a Carta de Washington declara: “A introdução de elementos modernos em harmonia com a envolvente não deve ser desencorajada, porque cada pormenor pode contribuir para o enriquecimento do conjunto”.

A introdução de elementos arquitectónicos contemporâneos deve respeitar os valores do local e a sua configuração. Tal pode contribuir para o enriquecimento da cidade, mantendo vivo o valor da continuidade urbana.

A base de intervenções arquitectónicas adequadas (em termos espaciais, visuais, intangíveis e funcionais) deve ser o respeito pelos valores, padrões e estratos históricos.

A nova arquitectura deve ser consistente com a organização espacial da zona histórica e respeitar a sua morfologia tradicional, ao mesmo tempo que representa uma expressão válida das tendências arquitectónicas do seu tempo e lugar. Independentemente do estilo e expressão, toda a nova arquitectura deve evitar os efeitos negativos de contrastes drásticos ou excessivos e de fragmentação ou interrupções na continuidade do tecido e do espaço urbanos.

Deve ser dada prioridade a uma continuidade da composição que não afecte adversamente a arquitectura existente e, ao mesmo tempo, que permita uma criatividade exigente, abraçando o espírito do lugar.

Os arquitectos e os urbanistas devem ser incentivados a adquirir uma compreensão profunda do contexto urbano histórico.

c) Mudança na Utilização e Ambiente Social

A perda e / ou substituição de usos e funções tradicionais, tais como o modo específico de vida de uma comunidade local, pode causar enormes impactos negativos nas cidades e áreas urbanas históricas. Se a natureza destas mudanças não for reconhecida, pode levar ao deslocamento de comunidades e ao desaparecimento de práticas culturais, com a consequente perda de identidade e do carácter desses lugares abandonados. Tal pode resultar na transformação de cidades e áreas urbanas históricas em zonas monofuncionais dedicadas ao turismo e lazer, não apropriadas à vida quotidiana.

A preservação das cidades históricas exige esforços para manter as práticas tradicionais e para proteger os residentes e utilizadores tradicionais.

É também importante reconhecer que o processo de envelhecimento da população surge do aumento de rendas e da deterioração do espaço público e das zonas residenciais da cidade ou área urbana.

É importante reconhecer que o processo de envelhecimento da população pode afectar as comunidades e levar à perda de habitabilidade de um local e, em última análise, do seu carácter.

A manutenção da diversidade tradicional cultural e económica de cada lugar é essencial, especialmente quando é característica do lugar.

As cidades históricas e as áreas urbanas correm o risco de se tornar um produto de consumo do turismo em massa, o que poderá resultar na perda de autenticidade e valor do património.

As novas actividades devem ser geridas de forma prudente, evitando efeitos negativos secundários, como os conflitos nos transportes ou o aumento de tráfego.

d) Mudança e Património Intangível

A preservação do património intangível é tão importante como a conservação e protecção do ambiente construído.

Os elementos intangíveis que contribuem para a identidade e espírito do lugar devem ser definidos e preservados, uma vez que ajudam a determinar o carácter de uma área e do seu espírito.

3. Critérios de Intervenção

a) Valores

Todas as intervenções em cidades e áreas urbanas históricas devem respeitar e englobar os seus valores culturais, tangíveis e intangíveis.

b) Qualidade

Toda a intervenção nas cidades e áreas urbanas históricas deve pretender melhorar a qualidade de vida dos habitantes locais e a qualidade do ambiente.

c) Quantidade

Uma acumulação de alterações poderá ter um efeito negativo sobre a cidade histórica e nos seus valores.

Devem ser evitadas mudanças quantitativas e qualitativas de grande expressão, a menos que resultem, de forma clara, na melhoria do ambiente urbano e seus valores culturais.

As mudanças inerentes ao crescimento urbano devem ser controladas e cuidadosamente geridas para minimizar os efeitos físicos e visuais na paisagem urbana e no tecido arquitectónico.

d) Coerência

Sobre “coerência”, diz o artigo 3 da Recomendação de Nairobi: *“Cada área histórica e sua envolvente devem ser consideradas na sua totalidade como um todo coerente, cujo equilíbrio e natureza específica dependem da fusão das partes que a compõem e que incluem as actividades humanas, tanto quanto os edifícios, a organização espacial e a envolvente. Todos os elementos válidos, incluindo as*

actividades humanas, ainda que modestas, devem assim ter significado em relação ao todo, o que não deve ser negligenciado."

As cidades e as áreas urbanas históricas, bem como os respectivos enquadramentos, devem ser consideradas na sua totalidade. O seu equilíbrio e natureza dependem das partes que as constituem.

No entanto, a salvaguarda das cidades e áreas urbanas históricas devem ser uma parte integrante da compreensão geral da estrutura urbana e sua envolvente. Tal requer políticas de desenvolvimento económico e social coerentes, que tenham em conta as cidades históricas em todos os níveis de planeamento, no respeito pelo seu tecido social e pela diversidade cultural.

e) Equilíbrio e Compatibilidade

A salvaguarda das cidades históricas deve incluir, como condição obrigatória, a preservação dos equilíbrios espaciais, sociais, culturais, económicos e ambientais. Tal requer acções que permitam que a estrutura urbana mantenha os moradores originais e que acolha os recém-chegados (como residentes ou como utilizadores da cidade histórica), assim como a ajuda ao desenvolvimento, sem causar congestionamento.

f) Tempo

A velocidade de mudança é um parâmetro a ser controlado. A velocidade excessiva de mudança pode afectar de forma adversa a integridade de todos os valores da cidade histórica. A escala e o tempo de intervenção devem ser incorporadas e compatíveis com a viabilidade e com o planeamento de documentos e de estudos prévios, baseando-se em procedimentos de intervenção transparentes e regulamentados.

g) Método e Disciplina Científica

"O conhecimento da história de uma cidade histórica ou área urbana deve ser expandido através de investigação arqueológica e da preservação adequada dos achados arqueológicos". (Carta de Washington).

A salvaguarda e gestão de uma cidade histórica ou área urbana devem ser guiadas pela prudência, através de uma abordagem sistemática, e pela disciplina, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

A salvaguarda e a gestão devem ser baseadas em estudos multidisciplinares preliminares, de forma a determinar os elementos de património urbano e os valores a serem conservados. É imperativo ter um profundo conhecimento do local e seus enquadramentos para informar qualquer acção de salvaguarda.

A monitorização e manutenção contínuas são essenciais para salvaguardar uma cidade histórica ou área urbana de forma eficaz.

O planeamento adequado exige documentação precisa e registos actualizados (análise do contexto, estudo a diferentes escalas, inventário de componentes e de impacto, história da cidade e suas fases de evolução, etc.).

A consulta directa e o diálogo contínuo com os moradores e outros interessados são indispensáveis, visto que a salvaguarda da cidade histórica respeita, em primeiro lugar, aos seus habitantes.

h) Governança

A boa governança prevê a organização de uma ampla orquestração entre todas as partes interessadas: autoridades eleitas, serviços municipais, administrações públicas, especialistas, organizações profissionais, organizações de voluntários, universidades, moradores, etc. Tal é essencial para o sucesso da salvaguarda e para uma reabilitação bem sucedida e para o desenvolvimento sustentável das cidades e áreas urbanas históricas.

A participação dos moradores pode ser facilitada através da distribuição de informação, campanhas de sensibilização e formação. Os sistemas tradicionais de governança urbana devem examinar todos os aspectos da diversidade cultural e social, de forma a estabelecer novas instituições democráticas para se adequar à nova realidade.

Os procedimentos para o planeamento urbano e a salvaguarda das cidades históricas devem oferecer informação suficiente e tempo para que os moradores possam dar contributos totalmente informados.

É necessário encorajar a salvaguarda e accionar medidas financeiras, de forma a facilitar parcerias com os agentes do sector privado na área da conservação e restauro do ambiente construído.

i) Pluridisciplinaridade e Colaboração

"O planeamento para a conservação das cidades e áreas urbanas históricas deve ser precedido de estudos multidisciplinares." (Carta de Washington)

Desde o início dos estudos preliminares, a salvaguarda das cidades históricas deve ser baseada numa colaboração eficaz entre especialistas de diferentes disciplinas e realizada com a colaboração de investigadores, serviços públicos, empresas privadas e público em geral. Estes estudos devem conduzir a propostas concretas que possam ser assumidas pelos decisores políticos, pelos agentes económicos e sociais e pelos habitantes.

j) Diversidade Cultural

No contexto do planeamento e da conservação urbana, a diversidade cultural das diferentes comunidades que habitaram as cidades históricas ao longo do tempo deve ser respeitada e valorizada.

É essencial estabelecer um delicado equilíbrio consensual, a fim de manter o património histórico na plenitude da sua diversidade cultural.

4. Propostas e Estratégias

a) Elementos a Preservar

Os elementos a preservar são:

1. A autenticidade e integridade das cidades históricas, cujo carácter essencial é expresso pela natureza e coerência dos seus elementos tangíveis e intangíveis, incluindo:
 - a. Os padrões urbanos definidos pelo traçado dos arruamentos, os lotes de terreno, os espaços verdes e as relações entre edifícios e espaços verdes e abertos;
 - b. *“A forma e aparência, interior e exterior, dos edifícios, tal como definido pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;*
 - c. *“A relação entre a cidade ou área urbana e a sua envolvente, tanto a natural como a criada pelo Homem”* (Carta de Washington).
 - d. As várias funções que a cidade ou área urbana adquiriu ao longo do tempo;
 - e. As tradições culturais, as técnicas tradicionais, o espírito do lugar e tudo o que possa contribuir para a identidade de um lugar;
2. As relações entre o sítio na sua totalidade, as suas partes constituintes, o contexto do lugar e as partes que conformam esse contexto;
3. O tecido social, a diversidade cultural;
4. Os recursos não-renováveis, minimizando o seu consumo e incentivando a sua reutilização e reciclagem.

b) Novas Funções

“As novas funções e actividades devem ser compatíveis com o carácter das cidades históricas ou áreas urbanas” (Carta de Washington).

A introdução de novas actividades não deve comprometer a sobrevivência das actividades tradicionais e de tudo o que apoie a vida quotidiana dos habitantes. Tal pode ajudar a preservar a diversidade cultural histórica e a pluralidade, factores constituintes primordiais neste contexto.

Antes de introduzir uma nova actividade, é necessário considerar o número de utilizadores envolvidos, a duração da utilização, a compatibilidade com outras actividades existentes e o impacto sobre as práticas tradicionais locais.

Essas novas funções também devem satisfazer a necessidade de um desenvolvimento sustentável, em linha com o conceito de cidade histórica como ecossistema único e insubstituível.

c) Arquitectura Contemporânea

Quando for necessária a construção de novos edifícios ou a adaptação dos já existentes, a arquitectura contemporânea deve ser coerente com a disposição espacial existente nas cidades históricas, assim como no restante ambiente urbano. A arquitectura contemporânea deve encontrar a sua expressão, respeitando a escala do sítio, e deve ter um relacionamento claro com a arquitectura existente e os padrões de desenvolvimento do seu contexto.

“Uma análise do contexto urbano deveria preceder qualquer construção nova, não só para definir o carácter geral do conjunto, como para analisar as suas dominantes: harmonia entre alturas, cores, materiais e formas, elementos constitutivos do padrão das fachadas e dos telhados, relações entre os volumes construídos e os espaços, assim como as proporções médias e a implantação dos edifícios. Uma atenção especial deverá ser prestada à dimensão dos lotes, pois qualquer reorganização do parcelário poderá resultar numa alteração de massa prejudicial à harmonia do conjunto” (Recomendação de Nairobi, art. 28).

Perspectivas, pontos de vista, pontos focais e corredores visuais são partes integrantes da percepção dos espaços históricos. Devem ser respeitados em caso de novas intervenções. Antes de qualquer intervenção, o contexto existente deve ser cuidadosamente analisado e documentado. As perspectivas, quer sobre quer a partir de novas construções, devem ser identificadas, estudadas e organizadas.

A introdução de um novo edifício num contexto ou paisagem históricos deve ser avaliada de um ponto de vista funcional e formal, especialmente quando se destina a novas actividades.

d) Espaço Público

O espaço público nas cidades históricas não é apenas um recurso essencial para a circulação, mas é também um lugar para a contemplação, a aprendizagem e a diversão na cidade. O seu desenho e arranjo urbano, incluindo a escolha do mobiliário, bem como a sua gestão, devem proteger o seu carácter e beleza, promovendo a utilização como local público consagrado às relações sociais.

O equilíbrio entre espaços públicos e o ambiente construído compacto deve ser cuidadosamente analisado e controlado em caso de novas intervenções e de novos usos.

e) Equipamentos e Adaptações

O planeamento urbano para proteger as cidades históricas deve ter em consideração a necessidade dos moradores em usufruir de equipamentos.

A integração de novas instalações em edifícios históricos é um desafio que as autoridades locais não devem ignorar.

f) Mobilidade

“O trânsito dentro de uma cidade histórica ou área urbana deve ser estritamente controlado por regulamentos” (Carta de Washington).

“Quando o planeamento urbano ou regional define a construção de auto-estradas, as mesmas não devem penetrar na cidade histórica ou área urbana, antes devendo facilitar o tráfego na aproximação e melhorar as acessibilidades” (Carta de Washington)

A maioria das cidades e áreas urbanas históricas foram projectadas para peões e para formas lentas de transporte. Aos poucos, esses locais foram sendo invadidos pelos automóveis, causando-se-lhes degradação. Ao mesmo tempo, a qualidade de vida foi-se reduzindo.

As infra-estruturas dedicadas ao trânsito (parques de estacionamento, estações de metro, etc.) devem ser planeadas de forma a não danificarem o tecido histórico ou a sua envolvente. A cidade histórica deve incentivar a criação de vias de circulação ligeira.

É importante estimular a circulação pedonal. Para conseguir isso, o tráfego deve ser drasticamente limitado e o estacionamento reduzido. Ao mesmo tempo, é necessário introduzir sistemas de transporte público, não poluentes e sustentáveis, promovendo uma mobilidade suave.

As estradas devem ser estudadas e planeadas para dar prioridade aos peões. O estacionamento deve ser preferencialmente localizado fora das zonas protegidas e, se possível, fora das zonas de protecção.

As infra-estruturas subterrâneas, como os metropolitano, devem ser planeadas de modo a não danificar o tecido histórico ou arqueológico ou a sua envolvente.

As grandes redes rodoviárias devem evitar as áreas protegidas ou as áreas de protecção.

g) Turismo

O turismo pode ter um papel positivo no desenvolvimento e revitalização das cidades e áreas urbanas históricas. O desenvolvimento do turismo nas cidades históricas deve ter por base a melhoria dos monumentos e espaços livres, no respeito e apoio à identidade e à cultura da comunidade local e às actividades tradicionais, e bem assim a salvaguarda do carácter do território e do ambiente. A actividade turística deverá respeitar e não interferir com a vida quotidiana dos habitantes.

Uma afluência demasiado significativa de turistas é um perigo para a preservação dos monumentos e áreas históricas.

Os planos de conservação e gestão devem ter em consideração o impacto esperado do turismo e regular o processo, em benefício do património e dos residentes locais.

h) Riscos

“Qualquer que seja a natureza de um desastre que afecte uma cidade ou área urbana histórica, devem ser adaptadas medidas preventivas e de reparação ao carácter específico dos bens a salvaguardar” (Carta de Washington).

Os planos de conservação oferecem uma oportunidade para melhorar a preparação para os riscos e para promover a gestão ambiental e os princípios da sustentabilidade.

i) Eficiência energética

Qualquer intervenção em cidades e áreas urbanas históricas, respeitando as características históricas do património, devem ter como objectivo melhorar a eficiência energética e reduzir a poluição.

O uso de fontes de energia renováveis deve ser promovido.

Qualquer construção nova em zonas históricas deve ser eficiente em termos energéticos. Devem ser adoptados espaços verdes urbanos, corredores verdes ou outras medidas para evitar ilhas de calor urbanas.

j) Participação

"A participação e o envolvimento dos habitantes – e todos os grupos de interesse local – são essenciais para o sucesso dos programas de conservação e devem ser encorajados. A conservação das cidades e áreas urbanas históricas diz respeito, em primeiro lugar, aos seus habitantes" (Carta de Washington, art. 3).

O planeamento das áreas urbanas históricas deve ser um processo participativo, envolvendo todas as partes interessadas.

Para incentivar a participação e envolvimento deve ser configurado um programa de informação geral para todos os residentes, começando com as crianças em idade escolar. Devem ser incentivadas as acções das associações de conservação e postas em prática medidas financeiras, a fim de facilitar a conservação e restauro do ambiente construído.

A compreensão mútua, baseada na consciência pública, e na busca de objectivos comuns entre as comunidades locais e os grupos profissionais é a base do sucesso da conservação, revitalização e desenvolvimento das cidades históricas.

A tecnologia de informação permite uma comunicação directa e imediata. Isto permite a participação activa e responsável dos grupos locais. As autoridades devem ser encorajadas a interessar-se pela salvaguarda das cidades e áreas urbanas históricas, estabelecendo medidas financeiras adequadas ao sucesso dos planos de gestão e de valorização.

k) Plano de Salvaguarda

"O plano de salvaguarda deve ter por objectivo garantir uma relação harmoniosa entre as áreas urbanas históricas..." (Carta de Washington, art. 5).

O plano deverá abranger elementos tangíveis e intangíveis, a fim de proteger a identidade de um lugar, sem impedir a sua evolução.

Os principais objectivos do plano de conservação *"devem ser claramente indicados, bem como as medidas legais, administrativas e financeiras necessárias para os alcançar"* (Carta de Washington, art. 5).

Um plano de salvaguarda deve ser baseado no planeamento urbano para a cidade inteira, incluindo a análise dos valores arqueológicos, históricos, arquitectónicos, técnicos, sociológicos e económicos. Deve definir um projecto de conservação e ser combinado com um plano de gestão, acompanhado por um dispositivo de monitorização permanente.

O plano de salvaguarda deve determinar os termos, regras, objectivos e resultados de qualquer alteração. *“Deve determinar quais os edifícios - e espaços - que têm de ser preservados, quais devem ser preservados sob certas circunstâncias, e quais, em circunstâncias muito excepcionais, podem ser dispensáveis”* (Carta de Washington).

Antes de qualquer intervenção, as condições existentes devem ser rigorosamente documentadas.

O plano de salvaguarda deve identificar e proteger os elementos que contribuem para os valores e para o carácter da cidade, bem como os componentes que enriquecem e/ou demonstram o carácter da cidade e da área urbana histórica.

As propostas do plano de conservação devem ser articuladas de uma forma realista, do ponto de vista legislativo, financeiro e económico, bem como no que diz respeito às normas e restrições necessárias.

“O Plano de Salvaguarda deve ser apoiado pelos residentes da área histórica” (Carta de Washington, art. 5).

Quando não existir plano de salvaguarda, todas as actividades de conservação e desenvolvimento a executar numa cidade histórica devem ser feitas de acordo com os princípios e objectivos de conservação e melhoria.

1) Plano de Gestão

Deve ser elaborado um sistema de gestão eficaz, de acordo com o tipo e as características de cada cidade e área urbana histórica e do seu contexto cultural e natural. Deve integrar as práticas tradicionais e ser coordenado com outros instrumentos de planeamento urbano e regional em vigor.

Um plano de gestão deve ter por base o conhecimento, conservação e melhoria dos recursos tangíveis e intangíveis.

Assim, deve:

- determinar os valores culturais;
- identificar as partes interessadas e seus valores;
- identificar potenciais conflitos;
- determinar as metas de conservação;
- determinar métodos e ferramentas financeiros, administrativos, técnicos e legais;
- compreender os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças;

- definir estratégias adequadas, prazos para trabalho e acções específicas.

A produção de um tal plano de gestão deve ser um processo participativo.

Além das informações fornecidas pelas autoridades, funcionários, pesquisas de campo e documentação detalhada local, o plano deve incluir, como apêndice, as conclusões do debate com os interessados e uma análise dos conflitos que sobrevenientes dos debates.

Acompanhamento

Estas recomendações são o resultado do trabalho colaborativo do CIVVIH, que as propõe como uma contribuição para as discussões mais amplas a serem organizadas pelo ICOMOS.

Este é um documento aberto, o qual pode ser actualizado à luz da evolução das questões discutidas.

[Tradução / Translation / Traduction (Agosto / August / Août, 2014)

João Campos, Membro Honorário / Honorary Member / Membre Honoraire - CIVVIH]